

A IMPORTÂNCIA DO PORTUGUÊS COMO LÍNGUA DE ACOLHIMENTO NA INTEGRAÇÃO DE ALUNOS IMIGRANTES E REFUGIADOS NO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA – IFB

The importance of the Portuguese as a host language in the integration of immigrants and refugees at the Federal Institute of Brasilia – IFB

Fátima Bandeira Hartwig

Instituto Federal de Brasília, Brasil

fatima.hartwig@ifb.edu.br

Perpétua Santos Silva

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-ISCTE/IUL) e Escola Superior de Educação – Instituto Politécnico de Santarém, Portugal

perpetua.silva@ese.ipsantarem.pt

RESUMO

As sociedades contemporâneas são marcadas pela diversidade, pela heterogeneidade e complexidade das relações. Atravessadas pela intensidade dos fluxos migratórios, as instituições educativas, enquanto espaços democráticos para o exercício da cidadania, devem atender à multiplicidade de origens geográficas dos seus estudantes e às diferenças sociais, culturais e étnicas que os caracterizam. Assim, a presente pesquisa, enquadrada no domínio da Educação Social, foi realizada no Instituto Federal de Brasília (IFB), considerando os desafios que se colocam às instituições educativas com a chegada de alunos imigrantes e refugiados, cuja integração educacional e social é preciso promover. A pesquisa realizada corresponde a um estudo exploratório, com recurso às metodologias qualitativas através da técnica de entrevistas. Foram entrevistados alunos matriculados em diferentes cursos do IFB, oriundos de diversos países como Nigéria, Peru, Guiné Bissau, Venezuela e Paraguai. Além das entrevistas com os alunos, foram realizadas entrevistas com representantes de instituições públicas e da sociedade civil que já desenvolvem trabalho na integração de imigrantes e refugiados. A partir da análise da informação levantada, identificámos áreas-problema significativas, passíveis de intervenção por parte do Educador Social, nomeadamente no que respeita à aprendizagem da língua e da cultura do país de acolhimento. Esta questão é percebida pelos alunos imigrantes e refugiados entrevistados como de total importância na sua inclusão social e profissional, para a promoção da igualdade de oportunidades e contribuindo para o pleno exercício de cidadania.

Palavras-chave: Educação Social, Imigrantes, Integração, Língua portuguesa, Refugiados

ABSTRACT

Contemporary societies are marked by diversity, the heterogeneity and complexity of relationships. Crossed by the intensity of migratory flows, educational institutions, as democratic spaces for the

exercise of citizenship, must attend to the multiplicity of geographical origins of their students and to the social, cultural and ethnic differences that characterize them. Thus, the present research in the field of Social Education was carried out at the Federal Institute of Brasília (IFB), considering the challenges faced by educational institutions with the arrival of immigrant and refugee students whose educational and social integration must be promoted. The research corresponds to an exploratory study, using qualitative methodologies through interviews technique. We interviewed students enrolled in IFB courses from different countries such as Nigeria, Peru, Guinea Bissau, Venezuela and Paraguay. In addition to interviews with students, interviews were conducted with representatives of public institutions and of the civil society who are already working on the integration of immigrants and refugees. Based on the analysis of the information collected, we identified significant problem areas that could be addressed by the Social Educator, particularly in relation to learning the language and culture of the host country. This issue is perceived by the immigrant and refugee students interviewed as of utmost importance in their social and professional inclusion, in order to promote equal opportunities and contribute to the full exercise of citizenship.

Keywords: Social Education, Immigrants, Integration, Refugees, Portuguese language

1 INTRODUÇÃO

As sociedades contemporâneas em que vivemos são acentuadamente marcadas pela diversidade e pela heterogeneidade das relações, atravessadas pela intensidade dos fluxos migratórios, considerando-se que as instituições educativas, enquanto espaços democráticos e de exercício da cidadania, devem atender à multiplicidade de origens geográficas dos seus estudantes e às diferenças sociais, culturais e étnicas que caracterizam os seus públicos estudantis.

É incumbência das instituições educativas promover a inclusão de seus alunos, o que implica que tenham de encontrar respostas para a inevitabilidade das várias formas de expressão, de etnia, de cultura, de língua, de religião, entre outras, configurando-se como veículos de promoção de equidade e, ao mesmo tempo, respeitando a diversidade, contribuindo para o desenvolvimento de um modelo social mais justo e harmonioso ao invés de se constituírem como espaços reprodutores das desigualdades sociais.

Tendo subjacentes os pressupostos enunciados, pretendeu-se, com este trabalho de pesquisa, conhecer e compreender melhor a realidade do Instituto Federal de Brasília - IFB, estabelecendo um primeiro contato exploratório com alunos imigrantes de todos os *Campi* que constituem esta instituição educativa, quer os que se encontravam a frequentar, quer os que por algum motivo haviam evadindo dos cursos, procurando compreender quais as necessidades educativas que identificam em relação à instituição IFB, conhecer as suas expectativas relativamente ao papel social e educativo da instituição e o contributo que a mesma poderá dar nos seus processos de integração na sociedade brasileira.

Importa salientar que não se considera que a diversidade dos públicos estudantis da instituição se circunscreve aos alunos imigrantes, as características da população que a compõe, desde os seus alunos aos seus servidores, é claramente marcada por elevada heterogeneidade como, aliás, acontece com a população brasileira de um modo geral – nela poderemos encontrar fortes clivagens culturais, económicas, sociais. Contudo, um trabalho desta natureza não esgota as possibilidades de abordagem da temática e, assim, foi nossa opção centrar a pesquisa neste segmento específico: alunos imigrantes, oriundos de outros territórios fora do país.

Neste sentido, foi definido como objetivo deste trabalho proceder à identificação e caracterização dos estudantes imigrantes e refugiados no IFB e, através do conhecimento das suas trajetórias pessoais e escolares na instituição, identificar as suas necessidades formativas e principais dificuldades que possam obstaculizar a sua plena inclusão na comunidade educativa e, conseqüentemente, comprometer um processo migratório de sucesso.

Foram, igualmente, estabelecidos objetivos específicos: o conhecimento dos seus percursos migratórios (proveniências geográficas e motivações para migrarem para Brasília); o conhecimento das suas trajetórias escolares (situação escolar de origem, motivo pela escolha do curso que frequentam no IFB, aspetos que consideram positivos e negativos relativos à sua aprendizagem, percepção que têm do relacionamento com outros atores sociais no contexto educativo, necessidades de formação que identificam). De forma complementar, procurámos conhecer, também, a percepção dos gestores de instituições que já desenvolvem trabalho no acolhimento de populações imigrantes, como é o caso da Universidade de Brasília - UnB e do Instituto de Migrações e Direitos Humanos - IMDH, assim como do próprio IFB, a respeito do papel social de instituições educativas junto a imigrantes e refugiados.

A partir do levantamento e análise de informação com vista a responder aos objetivos específicos definidos foi possível identificar e compreender áreas-problema significativas, pensar soluções e contribuir para o desenho de uma proposta educativa integradora de minorias étnicas dentro do IFB, propondo linhas orientadoras para o desenvolvimento futuro de projetos de acolhimento e acompanhamento dos estudantes imigrantes e refugiados, para a sua efetiva integração e inclusão dentro do IFB, tendentes ao desenvolvimento de percursos escolares de sucesso que contribuam para um efetivo processo migratório de pleno exercício da sua cidadania.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Brasil é considerado um país acolhedor pela maioria dos estrangeiros que aí procuram firmar raízes. É um país membro da Organização Internacional para as Migrações - OIM, principal organismo intergovernamental no campo da migração, e trabalha em estreita colaboração com os parceiros governamentais, intergovernamentais e não-governamentais.

A Lei nº 6.815 de 19 de agosto de 1980, também conhecida como o “Estatuto do Estrangeiro”, redigida durante o Regime Militar, define a situação jurídica de todos os estrangeiros (cidadãos não brasileiros) no Brasil. Suas disposições abordam procedimentos de imigração e extradição, questões relativas a vistos, situações de asilo, naturalização e regulamentos em matéria de deportação e expulsão, dentre outros. Não há uma instituição única nacional responsável por migração no Estado brasileiro, ficando os assuntos relacionados a cargo dos Ministérios da Justiça, do Trabalho e Previdência Social, do Ministério das Relações Exteriores e da Polícia Federal.

Dessa forma, não é fácil analisar a migração internacional no Brasil, porém pode afirmar-se que, atualmente, está associada ao processo de desenvolvimento do país, tendo também relação com a situação socioeconômica dos outros países, principalmente os países de fronteira, considerando-se que os novos fluxos migratórios que chegaram ao Brasil nos últimos anos, especialmente de países latino-americanos, como bolivianos, peruanos, paraguaios e venezuelanos, mudaram o padrão migratório do país; recentemente, também os haitianos geraram um elevado fluxo migratório, após o terremoto que destruiu o Haiti no ano de 2010 (Fernandes, 2015). O que também contribuiu para o aumento dos fluxos migratórios no Brasil foi o evento da Copa do Mundo no país, no ano de 2014, recebendo-se imigrantes e refugiados oriundos principalmente dos continentes asiático e africano, como sírios, ganeses e senegaleses.

Acontece que mesmo com o elevado índice de imigrantes e refugiados chegados ao país nos últimos anos, e sendo o Brasil considerado um país acolhedor e hospitaleiro, não se encontram leis e políticas públicas que realmente se proponham a acolher e integrar tal população. De acordo com Sprandel (2015), até pouco tempo atrás, as políticas e leis eram totalmente restritivas, priorizando imigrantes europeus brancos em detrimento dos demais grupos, vistos como indesejáveis e a Lei que instituiu o Estatuto do Estrangeiro, elaborada durante o Regime Militar com o intuito de garantir a segurança nacional dado que o estrangeiro naquele contexto histórico do país era percebido como uma ameaça, ainda hoje está válida uma vez que as novas propostas de leis estão em trâmite há anos e ainda não foram votadas.

Também Lussi (2015) considera que a problemática migratória no Brasil carece de uma política que promova o acolhimento e a integração de indivíduos que estão em constante mobilidade humana e que respeite a pluralidade cultural. A autora pondera que para pensar em leis e políticas migratórias faz-se necessária a compreensão da diversidade com a qual se está agindo, isto porque os desafios

da mobilidade humana envolvem questões sociais, econômicas, geográficas, políticas e culturais que necessitam de políticas públicas universais, que não deem respostas apenas às especificidades dos migrantes, mas sim de toda a população do país garantido a todos os seus direitos garantidos.

Nesse contexto, as instituições de ensino têm um papel importante na promoção da cidadania ativa, considerando as diferentes necessidades educativas dos cidadãos, constituindo-se a escola como local importante para os imigrantes, o espaço a partir do qual poderão ser desenvolvidas oportunidades de integração na sociedade de acolhimento e no qual se configuram instrumentos de mobilidade social ascendente e de agregação de competências interculturais (Araújo, 2008).

A este propósito, Gonçalves (2006) traz à discussão o papel do Educador Social desafiado pela diversidade cultural das sociedades contemporâneas. As colocações do autor são em torno da pluralidade cultural de nossas sociedades e dos conflitos que surgem em função disso, entendendo-se que é necessária uma atitude de transformação sociopolítica e de uma educação para a cidadania, considerando que somente o diálogo e a compreensão da alteridade e da diversidade possibilitarão uma educação intercultural, correspondendo, esta, não a uma utopia mas sim a uma realidade possível perante os desafios que se colocam às sociedades.

Ainda que sejamos conhecedores e que acompanhemos diariamente fenômenos que surgem devido à falta de compreensão e respeito pela diversidade, cultural ou outra, resultando em situações de práticas racistas, discriminatórias, de exclusão social, de falta de igualdade de oportunidades, bem como de diversos fundamentalismos, o reconhecimento da existência de pluralismo não corresponde, de acordo com Gonçalves (2006), à existência de trocas entre as partes nem a um efetivo encontro com o Outro e, muito menos, com o Outro na sua diversidade cultural, tratando-se de um pluralismo monoístico/monocultural, onde os diferentes grupos étnico-culturais apenas coexistem, formando uma cultura de gueto em que pessoas ficam recolhidas em seus bairros com pouquíssima interação no espaço público.

Tal como o autor referido, consideramos que neste contexto a ação do Educador Social é de significativa importância, podendo desenvolver uma intervenção socioeducativa aberta à alteridade, por meio de uma pedagogia intercultural e de uma mediação sociocultural que conduza à reflexão crítica sobre as tensões e conflitos que surgem em contextos sociais complexos como são os de pluralidade cultural.

Tal reflexão deve acontecer no âmbito das escolas, valorizando as opções vocacionais dos imigrantes, assim como suas realidades linguísticas e socioculturais, promovendo a inserção escolar, profissional e econômica das populações migrantes, pois é facto que devido às diferenças culturais, linguísticas, de gênero e étnicas ainda persistem índices muito elevados de desigualdades escolares associados a esses públicos (Seabra, 2012).

Dessa forma, percebe-se a importância do papel da escola como espaço de valorização da diversidade e da pluralidade, como instituição promotora do respeito à multiculturalidade e incentivadora de trocas interculturais, contribuindo assim, para o sucesso escolar de todos os alunos, nos quais se incluem imigrantes e refugiados.

Machado & Abranches (2005) consideram que para se perceber a efetividade dos processos de integração ou exclusão de imigrantes nas sociedades de acolhimento podem ser usados os termos que se referem a contrastes ou a continuidades em relação às populações dos países que os recebem, sendo a situação socioprofissional um dos fatores chave para identificar se acontecem contrastes ou continuidades, representando a sua permanência prolongada nos setores mais precários do mercado de trabalho contraste e vulnerabilidade à exclusão social, enquanto os casos de mobilidade ascendente idêntica à da população de acolhimento representam continuidade, constatando-se assim, a integração social.

Cabete (2010) refere que uma das maiores preocupações dos países que recebem imigrantes atualmente é encontrar as melhores formas de integrar este público, considerando que a lógica economicista está evoluindo para uma abordagem que percebe o imigrante como agente de mudança. Já Freire (2008) refere-se ao termo inclusão, que além de ser uma visão educacional, também é social e política, pois visa defender o direito de todos os indivíduos, para que

desenvolvam uma participação consciente e responsável na sociedade da qual fazem parte. Para a autora, além do direito de participação na sociedade, inclusão significa que os indivíduos sejam aceites e respeitados em suas diferenças em relação aos outros.

Das informações contidas no “Relatório Geral do Colóquio sobre Direitos Humanos na Política Migratória Brasileira – 2013”, é possível identificar que, sem desconsiderar as questões relacionadas à saúde, ao trabalho, à moradia e à documentação, uma das principais dificuldades e necessidades enfrentadas pelos imigrantes no Brasil está associada à educação.

Em matéria de educação o relatório supracitado destaca o facto de o Brasil ainda não contar com uma política pública para o ensino de estrangeiros – programas de adaptação, atendendo aos problemas com o domínio da língua portuguesa enquanto língua de escolarização e de futura inserção no mercado de trabalho, desenvolvendo aulas extras de línguas ou apresentando currículo bilíngue, por exemplo, como ocorre em outros países.

É consensual que uma das maiores necessidades e dificuldades encontradas pelos imigrantes e refugiados está relacionada ao domínio do idioma do país de acolhimento, sendo o acesso à Língua Portuguesa como Língua de Acolhimento um desafio, considerando a carência de oferta de tal formação nas redes públicas de ensino do Brasil. Nesse sentido, a promoção do ensino-aprendizagem do português, a imigrantes e refugiados, é um vetor central e transversal na elaboração de políticas públicas de inclusão social, sendo dos que mais contribui para a efetiva integração deste público na sociedade.

Silva (2012) aponta duas grandes dimensões na aprendizagem de uma segunda língua (seja encarada como L2 ou LE). Por um lado, uma dimensão relacional-afetiva, que se prende com processos de construção de identidades e que encontra maior ancoragem em aspetos culturais (conhecimento da literatura e diversas formas de expressão artística, vulgarmente identificados como “interesses culturais” que motivam a aprendizagem da língua); por outro lado, uma dimensão instrumental, que considera as vantagens que podem advir do conhecimento e domínio de outra língua para além da nativa do indivíduo e que se relacionam claramente com aspetos de caráter utilitário, como sejam o acesso a atividades profissionais específicas, a progressão na carreira ou o alargamento do campo de possibilidades profissionais em países da língua-alvo, enquadrando-se no domínio de projetos pessoais de mobilidade social ascendente.

Um importante estudo realizado em Portugal sobre o valor económico da língua portuguesa estabelece uma relação importante entre a língua e fluxos migratórios, afirmando-se que “a partilha de uma língua comum funciona como facilitador e redutor de custos de transação, quer da população migrante quer dos hospedeiros que a acolhem, empregam e integram” (Reto, 2012, citados por Silva, 2013, p. 17).

Silva (2013) aponta que no referido estudo é indicado que a correspondência ou a proximidade linguística entre o país de acolhimento e do imigrante é fator de peso na escolha do país para a migração. Além disso, a autora refere outro estudo realizado pela Comissão Europeia “Migrant Integration – 2011” que identificou um conjunto de fatores facilitadores da integração sendo os quatro mais referidos pelo público em geral “falar a língua”, “ter emprego”, “respeitar a cultura local” e “ser legalizado”; para os imigrantes, os fatores facilitadores mais indicados foram, igualmente, o domínio da língua em primeiro lugar, seguindo-se o estatuto legal, ter emprego e o respeito pela cultura local.

Ambos os grupos, alvo do referido estudo, apontam a língua como elemento fundamental para um processo de integração bem conseguido, sendo que para os nacionais a aprendizagem da língua pelo imigrante indicia disposição para se integrar no país de acolhimento (Silva, 2013). Para além desta questão, é também destacada a importância do domínio da língua na obtenção de um emprego e para a compreensão da sociedade local (Migrant Integration, 2011, referido por Silva, 2013).

Percebe-se que no Brasil, os fluxos migratórios atuais também são formados por pessoas que não possuem domínio da Língua Portuguesa ou cujo domínio é rudimentar e insuficiente, dificultando

assim a comunicação e as relações sociais, tornando-se urgente a elaboração de políticas públicas de inserção social que contemplem acesso à Língua Portuguesa.

A aprendizagem da língua do país de acolhimento é, claramente, de total importância para inserção social e profissional dos imigrantes, gerando mais igualdade de oportunidades, facilitando o exercício da cidadania e potencializando qualificações enriquecedoras, tanto para quem chega quanto para quem acolhe, desempenhando a escola um papel essencial de promoção e respeito pela diversidade linguística (Grosso, Tavares & Tavares, 2008).

No entanto, mesmo entendendo-se ser papel da escola ofertar a aprendizagem formal da língua para imigrantes e refugiados, é preciso considerar que, no país de acolhimento, não é possível fazer uma análise das necessidades de comunicação que seja separada da situação socioeconômica, cultural e política do país, compreendendo que aprender a língua, ultrapassa o processo de aprendizagem formal da mesma (Rajput, 2012).

Ainda sobre a importância de refletir sobre formas de acolher o imigrante e, compreendendo o papel da língua como fator de inclusão social, Ançã (2008) afirma que na diversidade de culturas e etnias e, nas interações entre elas, é o domínio da língua que precisa ser destacado, pois será este domínio que promoverá o real acolhimento na nova sociedade; adquirindo um sentido de local de refúgio, casa, forte; permitindo o direito à cidadania e aos espaços sociais e, também, laborais. Dessa forma, percebe-se que, quando a sociedade de acolhimento entende a importância do domínio do idioma pelo imigrante, a língua deixa de ser instrumento de discriminação, permite a efetiva inserção social e passa a ser instrumento de autonomia.

De acordo Milesi & Andrade (2015), as maiores necessidades do público imigrante e refugiado estão associadas às questões de trabalho e educação, onde o domínio do idioma é essencial. Nesse sentido, uma das ações mais relevantes é a introdução à cultura brasileira e à aprendizagem do idioma, devido à urgência da aprendizagem da língua para a efetiva inserção e integração da população imigrante e refugiada, sobretudo para o acesso ao trabalho e emprego.

Conforme Milesi & Andrade (2015), o objetivo dos cursos de Português para imigrantes e refugiados é o desenvolvimento da habilidade de comunicação, por meio da abordagem de situações do dia-a-dia e do trabalho, aumentando o vocabulário, favorecendo a integração desse indivíduo com os nacionais e com os espaços de trabalho e de convivência social e cultural, na perspectiva de desenvolvimento sociocultural.

3 METODOLOGIA

No que respeita às questões de ordem metodológica e técnica, a pesquisa realizada corresponde a um estudo exploratório, centrado no caso do IFB considerando todos os seus *Campi* nos quais foi possível identificar existência de alunos imigrantes (por referência ao ano letivo 2015), optando-se por uma abordagem do tipo qualitativo com recurso à realização de entrevistas.

Conforme Guerra (2000), as pesquisas qualitativas buscam identificar a lógica de atuação de atores individuais e coletivos, por meio de seus conflitos e formas de ação. Tais pesquisas se deparam com conceitos relacionados a identidades, necessidades e a projetos de vida, onde é necessário um entendimento simultâneo dos contextos e dos sentidos da ação, tendo em vista que se está perante contextos de mudanças, em rápida transformação. Dessa forma, a pesquisa buscou embasamento em fontes bibliográficas e documentais, utilizando como técnica de recolha de informação central a entrevista, organizada em guião semiestruturado.

No que respeita aos procedimentos desenvolvidos, a coleta de dados iniciou-se por meio do contato com todos os Coordenadores de Registro Acadêmico dos dez *campi* do IFB (Brasília, Ceilândia, Estrutural, Gama, Planaltina, Riacho Fundo, Samambaia, São Sebastião, Taguatinga Centro e Taguatinga) que se dispuseram a apresentar um levantamento dos alunos oriundos de outros países. De posse desse levantamento, partiu-se para o estabelecimento de contato com os Coordenadores dos Cursos nos quais os alunos estavam matriculados, tendo estes explicado para seus alunos a proposta da entrevista e os objetivos deste trabalho de pesquisa, tendo sido, sequencialmente, agendadas as datas para a realização das entrevistas; no que respeita aos alunos

identificados como evadidos obteve-se acesso aos endereços de correio eletrônico e telefones para desenvolvimento dos contatos.

Foram identificados três alunos ativos (oriundos do Paraguai, Nigéria e Guiné Bissau) cujas entrevistas foram realizadas com sucesso. Já quanto aos alunos evadidos, foram identificados 13 no total, sendo que desses 13 alunos, conseguiu-se contato com dois (oriundos da Nigéria e Venezuela) cujas entrevistas foram realizadas com sucesso. Outros dois alunos oriundos do Peru não se conseguiu realizar as entrevistas, no entanto foi possível conhecer alguns aspectos da realidade destes alunos, por meio da entrevista com o irmão dos mesmos, ele próprio imigrante.

No total, foi possível realizar nove entrevistas. Além das cinco entrevistas com os alunos ativos e evadidos e de uma realizada com um familiar, foram também realizadas entrevistas com representantes de duas instituições - a UnB, por meio do contato com a professora Lúcia Barbosa, coordenadora do NEPPE, com o intuito de compreender como é a oferta de cursos de português para estrangeiros, imigrantes e refugiados oferecidos pela instituição; o IMDH, por meio do contato com a Irmã Rosita Milesi, diretora da instituição. O IMDH é uma instituição da sociedade civil vinculada à igreja católica e a entrevista teve o objetivo de compreender qual o papel e as ações desta instituição junto aos imigrantes e refugiados no Distrito Federal.

Além dos alunos (ativos e evadidos) e das instituições (pública e da sociedade civil), também foi realizada uma entrevista com o gestor máximo do IFB, Reitor, Wilson Conciani, com o intuito de compreender qual a percepção do mesmo sobre o papel da instituição junto ao público imigrante.

Considerando e respeitando as questões de confidencialidade e de anonimato garantidas aos entrevistados, salienta-se que todos os nomes utilizados para os alunos são fictícios, sendo que apenas os nomes das instituições e seus representantes foram mantidos com permissão expressa dos entrevistados.

No que respeita à análise da informação, foi efetuada uma análise de conteúdo com base na proposta apresentada por Guerra (2006), do tipo categorial com levantamento das temáticas e descrição dos seus conteúdos de forma a identificar os argumentos dos entrevistados e as ideias defendidas em relação a cada temática identificada e correspondente aos objetivos subjacentes à elaboração do guião, mas atendendo e considerando outras temáticas que tenham emergido dos discursos.

Nos estudos cuja natureza é qualitativa, conforme refere Gil (2011), a finalidade da análise não é simplesmente descrever os dados, mas sim promover algum tipo de explicação sobre os mesmos, o que se buscou fazer nesta pesquisa, procurando que a análise efetuada trouxesse elucidação sobre a temática de forma a possibilitar perspectivar e promover uma intervenção eficaz no quadro do IFB, partindo de necessidades identificadas a partir dos discursos dos entrevistados.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Começando por uma breve síntese caracterizadora dos seis alunos entrevistados, quatro são do sexo masculino e duas são do sexo feminino; as suas idades estão compreendidas entre os 22 e os 52 anos; são provenientes de países africanos e latinos, enquadrando-se, portanto, naquele que é o perfil global conhecido da imigração brasileira: um da Guiné-Bissau, dois da Nigéria, um do Paraguai, um do Peru e um da Venezuela.

Apresentam processos migratórios com duração que varia entre há dois e dezoito anos – o aluno mais recentemente chegado é solicitante de refúgio e a aluna que reside no Brasil há mais tempo chegou ao país na sua infância, com apenas três anos de idade. As principais razões que os levaram à migração prendem-se, de um modo geral, com a procura de melhores condições de vida, seja prosseguindo estudos, seja por motivos profissionais e económicos dos próprios ou das famílias das quais fazem parte e, ainda, por correrem risco de vida no país de origem.

Considerando a situação profissional, os nossos entrevistados encontram-se em situação de precariedade laboral: dois afirmaram não ter ainda conseguido obter emprego; um encontra-se a preparar doutorado e cumulativamente costuma trabalhar como estagiário e pesquisador, gerando alguma renda, embora afirme que está enfrentando dificuldades financeiras; um afirmou trabalhar num *Call Center*; um trabalha como secretário numa unidade hospitalar e um não especifica a sua atividade profissional.

Os relatos obtidos são reveladores de que o acesso ao mercado de trabalho para os imigrantes encontra algumas barreiras, principalmente pelo facto de não conseguirem comprovar as formações que adquiriram no país de origem. É também apontada uma dupla dificuldade, relacionada com preconceito racial e de género: o fato de ser originária de um país do continente africano e mulher é revelado como discriminatório no que respeita a oportunidades de acesso e permanência no mercado de trabalho.

No Relatório Geral do Colóquio sobre Direitos Humanos na Política Migratória Brasileira (2013) são apresentadas as principais dificuldades encontradas pelos imigrantes no Brasil, destacando-se, precisamente, a inserção no mercado de trabalho; ainda que tecnicamente um imigrante possua uma formação específica, socialmente é considerado trabalhador sem qualificação, situação que se acentua quando cumulativamente faz parte de minorias étnicas que tradicionalmente sofrem com uma visão estereotipada e preconceituosa da sociedade em relação a si – nomeadamente, os que são originários de países do continente africano. Considerando a centralidade do domínio de línguas e da língua portuguesa em particular, foi nossa preocupação obter informação relativa a esta matéria que nos permitisse conhecer não só o domínio que têm do português mas também identificar as suas perceções quanto a necessidades de formação linguística.

No que respeita ao domínio de línguas, percebeu-se que os estudantes entrevistados não apresentam um repertório linguístico extenso. Regra geral, dominam a sua língua de origem (inglês, no caso dos nigerianos, espanhol no caso dos latinos e português no caso do africano) e apresentam proficiência limitada noutras línguas. Relativamente ao português enquanto língua estrangeira, apenas uma entrevistada apresenta domínio da língua dado que a sua permanência no Brasil é já de muito longa duração, tendo chegado ao país com apenas 3 anos de idade e, conseqüentemente, tendo feito todo o seu percurso escolar em língua portuguesa.

Ainda que tenham sido reveladas dificuldades relativas à oralidade, principalmente para os mais recentemente chegados ao Brasil, estas dificuldades acentuam-se significativamente no que se refere à expressão escrita do português.

O aluno guineense referiu ter domínio apenas do português, e apesar de referir que a variante da Guiné-Bissau apresenta algumas diferenças em relação ao português brasileiro, refere-se à língua que domina como o grande facilitador das relações. Esta situação é particularmente evidente se comparada com a dos alunos nigerianos, pois a língua oficial da Nigéria é o inglês, que assinalaram com particular ênfase as suas dificuldades de comunicação pelo fraco domínio do português.

O aluno venezuelano tem domínio do Espanhol, afirmou ter cursado um nível de português na Venezuela, antes de se deslocar para o Brasil onde, por meio da ajuda de sua esposa que é brasileira e do convívio diário com brasileiros, acabou aperfeiçoando mais o seu português. Porém, revelou que ainda possui bastante dificuldade com o novo idioma e indica que escrever é completamente diferente do que falar, sendo que encontra muita dificuldade na expressão escrita, contudo fundamental para si, refere, enquanto estudante.

Percebeu-se que para os alunos entrevistados o domínio do idioma é um dos fatores que contribuem para a maior integração dos imigrantes na sociedade brasileira e, também, que se constitui como elemento facilitador para melhor compreensão e adaptação à cultura brasileira. Entendeu-se, igualmente, que para os que são originários de países de expressão portuguesa ou de países de língua espanhola, que se assemelha mais ao português, a facilidade de adaptação à realidade brasileira é maior.

Os entrevistados deixaram muito clara a importância do domínio do português, como se ilustra:

O idioma, eu acredito que é um dos canais mais significativos para você se integrar! Sem o idioma, você se limita muito! Limita muito, muito! Não há como! (Pedro, peruano).

Este aluno, ao chegar ao Brasil, procurou uma instituição onde pudesse aprender a língua portuguesa mas afirma não ter encontrado, tendo desenvolvido a sua aprendizagem no dia-a-dia quando começou a cursar o nível superior. Relatou que o mesmo se passou com os seus irmãos, que acabaram por aprender dentro das instituições, no caso o IFB, porém cursando outros cursos e não especificamente um curso de português para imigrantes, que teria ajudado muito mais, segundo ele:

Eu acredito que se tiver isso, se o IFB (...) um espaço onde possa, vamos supor ministrar aulas de português, né?! Porque não é só a aula de Português! Você acaba aprendendo muito mais do que a aula! (Pedro, peruano).

Transversalmente, foi possível identificar a percepção entre os entrevistados de que o Estado brasileiro deveria fornecer meios para que os imigrantes tivessem maior facilidade de acesso ao idioma português, o que facilitaria a adaptação à nova cultura, sendo referida a necessidade de oferta de cursos específicos de língua portuguesa para estrangeiros, à semelhança do que já acontece, por meio de escolas de línguas, nomeadamente cursos de inglês e de francês.

À exceção da aluna que domina o português, por ser a sua língua de herança, adquirida no contexto familiar, os restantes alunos entrevistados consideram que ter acesso a cursos de português seria de grande contribuição, inclusive o aluno oriundo de um país de língua oficial portuguesa.

Seyferth (2008) salienta o fato de que o imigrante é percebido como um estranho em outro país e que a partir do momento que o mesmo tenha acesso à língua oficial do país terá mais condições de integração e de adaptação.

À falta de uma política de língua brasileira que contemple a população imigrante e refugiada, são vários os casos que procuram a oferta de cursos de português em instituições da sociedade civil, como o IMDH. Percebe-se que esta instituição desenvolve trabalho de acolhimento e orientação aos imigrantes e refugiados e que também oferece aulas de português para os mesmos.

Uma das suas responsáveis, Irmã Rosita, entrevistada no âmbito deste trabalho, salienta a importância do estabelecimento e alargamento de parcerias, fundamentais para que a instituição possa realizar o seu trabalho; o IMDH mantém parceria com várias instituições do Distrito Federal, entre as quais o Núcleo de Ensino e Pesquisa em Português para Estrangeiros da Universidade de Brasília (NEPPE/UnB), sendo que no âmbito desta parceria é possível oferecer vagas gratuitamente para imigrantes e refugiados encaminhados pelo IMDH. Contudo, estas vagas são insuficientes, tendo sido manifestado interesse em estabelecer uma parceria do mesmo tipo com o IFB.

Após análise dos relatos dos entrevistados a respeito de suas dificuldades com o domínio do idioma, confirma-se o que afirma Rajput (2012), referindo-se a Grosso (2007), que o maior problema enfrentado pelos imigrantes e refugiados é a falta de domínio do português, gerando assim, uma barreira linguística, o que deve motivar os estados a ofertar o ensino da língua portuguesa, com o objetivo de contribuir para a integração dos imigrantes.

Nesse sentido, conforme Grosso (2007), percebe-se que os diferentes fluxos migratórios e o ensino da língua portuguesa a imigrantes e refugiados, em Portugal, contribuíram para a promoção de trocas de hábitos e para a produção de novos códigos inter e intraculturais, transformando a realidade étnica e cultural do país. A língua constitui-se como grande desafio do sistema educativo português, pois o Governo do país entende que este é um dos instrumentos de integração que mais auxilia no acolhimento dos imigrantes e que permite acesso a vários outros saberes e direitos.

Como refere Farmhouse (2009, referida por Smedo, 2011), o domínio falado e escrito da língua do país de acolhimento favorece a plena integração, quer no que respeita à aproximação às populações locais, quer no que respeita aos necessários contactos do quotidiano com as mais variadas instituições públicas e privadas. Ou seja, no estabelecimento e no desenvolvimento de redes de relações em todas as esferas da vida dos indivíduos, quer a nível profissional, quer a nível pessoal.

Tornando-se, assim, fundamental desenvolver formação de professores que possam desenvolver atividade nestes contextos profundamente marcados pela diversidade, como bem referiu outra das nossas entrevistadas, Professora Lúcia Barbosa (NEPPE/UnB), a formação de professores bem como de outros profissionais para atuar no acolhimento de alunos imigrantes e refugiados é o grande desafio da atualidade.

5 CONCLUSÃO

Após análise e reflexão sobre a informação recolhida, percebeu-se quão importante é ouvir e dar voz ao público imigrante e refugiado, identificando suas necessidades e percebendo suas preocupações, pois é por meio dessa informação que se torna possível desenhar uma intervenção eficaz.

Sendo o trabalho de pesquisa enquadrado no domínio da Educação Social, torna-se considerar o papel do profissional Educador Social e a importância do mesmo para propor formas de intervenção que venham suprir as necessidades e minimizem vulnerabilidades do público em questão.

De acordo com Azevedo (2014), é papel do Educador Social explorar estratégias de promoção da inclusão, por meio de uma intervenção socioeducativa especializada que seja pautada na escuta e no diálogo, buscando a superação e gestão das dificuldades, ansiedades e instabilidades.

Viegas (2014) entende que frente à complexidade do mundo é preciso desenvolver nas pessoas o pensamento complexo, a criatividade, a afetividade, a ética e o espírito crítico, defendendo-se assim, uma educação que contribua para o *empowerment* das pessoas, para o desenvolvimento global dos seres humanos, geradora de conhecimentos e das competências necessárias para uma sociedade mais justa, equilibrada e humanista.

De acordo com os resultados obtidos na investigação conduzida, as linhas orientadoras para o desenho de uma proposta de intervenção podem organizar-se em torno de quatro eixos, sobre os quais se considera que a equipa IFB poderá desenvolver trabalho futuro: 1) estratégias de difusão da oferta formativa para captação de novos públicos, entre os quais imigrantes e refugiados, dada a reduzida dimensão deste segmento estudantil atualmente a frequentar a instituição; 2) reconhecimento de habilitações/documentação e reconhecimento, validação e certificação de competências, dado que, em muitos casos, a ausência de documentos comprobatórios de escolaridade e a impossibilidade de comprovar competências constitui forte impedimento para continuidade de estudos e obstáculo no acesso ao mercado de trabalho; 3) prevenção para a inclusão, com aposta na sensibilização e formação de profissionais do IFB para acolhimento deste tipo de público e com desenvolvimento de competências para a gestão da diversidade na instituição, trabalhando em rede e em parceria com outras instituições locais; 4) formação em Língua Portuguesa, dado que o domínio da língua do país de acolhimento se constitui como fator fundamental e transversal com implicações em todos os níveis de integração de populações originárias de países terceiros, dimensão que ganhou significativa saliência no trabalho de pesquisa desenvolvido.

Fica clara a importância dada pela grande maioria dos alunos entrevistados, corroborada pelas responsáveis das duas instituições igualmente ouvidas, à oferta de cursos de português para imigrantes e refugiados.

Considerando a emergência de envidar esforços para que, a curto prazo, o IFB possa oferecer cursos de Português como Língua de Acolhimento e Acesso à Cultura Brasileira, é nossa convicção que o desenvolvimento de um projeto desta natureza além de levar em conta as especificidades do público a ser atendido, deverá ser elaborado de forma colaborativa por profissionais das mais diversas áreas do saber que compõem o quadro de servidores do IFB (Educação Social, Pedagogia, Sociologia, Assistência Social, Língua Portuguesa, História, Geografia, Arte, Música, Dança, Gastronomia, Inglês, Espanhol, Matemática, Informática, entre outros) e incluindo, igualmente, alunos imigrantes. Tal diversidade de saberes será importante para a construção de uma proposta de ensino contextualizada, significativa e verdadeiramente intercultural.

A equipe de preparação do Plano de Curso deverá, também, estabelecer os níveis de proficiência de cada módulo do Curso e as formas de aferir os conhecimentos dos alunos por forma a possibilitar

o seu enquadramento no nível de ensino-aprendizagem da língua adequado. Também se entende que tal curso precisa ser desenvolvido dentro dos espaços do IFB, compondo uma das modalidades de cursos ofertados, que no caso seria o de Formação Inicial e Continuada (FIC) e ministrado pelos professores da instituição, que apresentam alto nível de formação e possuem o dever ético e profissional de compartilhar conhecimentos, cultura e saberes com o público em questão.

Concluiu-se que a aprendizagem da língua de acolhimento contribui para a integração social e profissional do público imigrante e refugiado, promovendo maior igualdade de oportunidades, o acesso ao trabalho e o exercício da cidadania.

Os desafios que se colocam no que respeita ao ensino-aprendizagem da língua portuguesa trazem em associação o desenvolvimento de competências culturais que possibilitem a compreensão de valores, de normas e de práticas sociais por forma a possibilitar a interação em harmonia de autóctones e imigrantes, com espírito de abertura ao outro e às suas características.

Terminamos reforçando o caráter exploratório desta pesquisa, que procurou apenas abrir caminhos, conscientes que a necessidade de reflexão sobre as formas de integração dos públicos migrantes no IFB deve ser contínua e permanente.

6 REFERÊNCIAS

- Ançã, M. H. S. F. (2008). *Língua portuguesa em novos públicos*. Saber (e) Educar. Porto: ESE de Paula Frassinetti. (pp.71-87). Disponível em: http://repositorio.esepf.pt/bitstream/10000/157/2/SeE_13LinguaPortuguesa.pdf
- Araújo, S. E. F. de A. (2008). *Contributos para uma educação para a cidadania: professores e alunos em contexto intercultural*. (Tese de Mestrado, Universidade Aberta, Lisboa, Portugal). Disponível em: <http://docplayer.com.br/50078-Contributos-para-uma-educacao-para-a-cidadania.html>
- Azevedo, S. (2014). *O lugar da escola em contexto socioeducativo - Opinião*. Praxis Educare Revista da Associação dos Profissionais Técnicos Superiores de Educação Social. 2. 5- 6.
- Cabete, M. A. C. S. da S. (2010). *O Processo de Ensino-Aprendizagem do Português enquanto Língua de Acolhimento*. (Tese de Mestrado). Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4090/1/ulfl081236_tm.pdf
- Colóquio sobre Direitos Humanos na Política Migratória Brasileira (2013). *Relatório Geral dos Eventos de I Nível do Projeto OIM – DEEST/SNJ*. Disponível em: http://www.participa.br/articles/public/0006/1228/Relat%C3%B3rio_Geral_dos_Eventos_I_N%C3%A Dvel_Projeto_OIM_DEEST__2_.pdf
- Farmhouse, R.
- Fernandes, D. (2015). *O Brasil e a migração internacional no século XXI – notas introdutórias*. (pp. 19-39). In E. J. P. Do Prado, & R. Coelho (Orgs.). *Migrações e Trabalho*. Brasília: Ministério Público do Trabalho.
- Freire, Sofia. (2008). *Um olhar sobre a inclusão*. Instituto Superior D. Afonso III. *Revista da Educação*, 26, 5 – 20. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5299/1/Um%20olhar%20sobre%20a%20Inclus%C3%A3o.pdf>
- Gil, A. C. (2011). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. (6a ed). São “Paulo”: Atlas.
- Gonçalves, J. L. (2006). *O educador social, desafiado pela diversidade cultural das sociedades contemporâneas*. *Cadernos de Estudo*.3.111-118.
- Grosso, M. J. (2007). *As competências do Utilizador elementar no contexto de acolhimento*. Actas do Seminário Língua Portuguesa e Integração. Lisboa. Portugal. Disponível em:<http://mha.home.sapo.pt/paginas/cd/pdfs/3.%20Maria%20Jose%20Grosso.pdf>
- Grosso, M. J., Tavares, A. & Tavares, M. (2008). *O português para falantes de outras línguas: o utilizador independente no país de acolhimento*. Ministério da Educação. Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular, Lisboa. Disponível em: <http://opac.iefp.pt:8080/images/winlibimg.aspx?skey=&doc=75529&img=627>
- Guerra, I. C. (2000). *Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Ação: O planeamento em Ciências Sociais*. Lisboa: Ed. Principia.
- Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: Sentidos e Formas de Uso*. Sociologia. Lisboa: Ed. Principia.

- Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980(1980). *Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração*. Brasil. 1980. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6815.htm
- Lussi, C. (2015). *Formulação legal e políticas públicas no trato das migrações nacionais e internacionais* (pp. 55-68). In E. J. P. Do Prado, & R. Coelho (Orgs.). *Migrações e Trabalho*. Brasília: Ministério Público do Trabalho.
- Machado, F. L., & Abranches, M. (2005). *Caminhos Limitados de Integração Social: Trajectórias socioprofissionais de cabo-verdianos e hindus em Portugal*. *Sociologia. Problemas e Práticas*[on line]. 48. 69-91. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/spp/n48/n48a06.pdf>
- Milesi, R., & Andrade, W. C. de. (2015). *A sociedade civil na atenção aos imigrantes e refugiados – O agir do IMDH*. (pp. 175-202) . In E. J. P. Do Prado, & R. Coelho (Orgs.). *Migrações e Trabalho*. Brasília: Ministério Público do Trabalho.
- Rajput, D. (2012). *A Aprendizagem do Português enquanto Língua de Acolhimento: A Comunidade Punjabi em Portugal*. (Tese de Mestrado). Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/8802/1/ulfl130728_tm.pdf
- Seabra, T. (2012). *Desigualdades de desempenho escolar: etnicidade, gênero e condição social em escolas básicas da Área Metropolitana de Lisboa*. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. [Número temático: Imigração, Diversidade e Convivência Cultural]. 185-210. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10014.pdf>
- Semedo, G. (2011). *Políticas de Integração: O Ensino/Aprendizagem da Língua Portuguesa no Contexto de Acolhimento e Integração de Adultos Imigrantes*. *Dissertação de Mestrado em Migrações, Inter-eticidades e Transnacionalismo*, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Disponível em: http://run.unl.pt/bitstream/10362/7255/1/Dissertacao%20Politicass%20Integracao%20Ensino_aprendizagem%20lingua%20imigrantes.pdf
- Seyferth, G. (2008). *Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incomoda no campo político*. *Anais da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia*, Porto Seguro, Brasil. 20. Disponível em: http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/mesas_redondas/trabalhos/MR%2012/giralda%20seyferth.pdf
- Silva, P. M. S. (2012). *A língua e a cultura portuguesas a Oriente: análise ao caso de Macau*. (Tese de doutorado). Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/5879>
- Silva, P. S. (2013). *Portugal e as políticas de integração de imigrantes"*, *Segundas Linguas e Inmigracion en red*, 7, pp. 8-27. Disponível em: <http://issuu.com/letra25/docs/sli-revista7/3?e=0>
- Sprandel, M. A. (2015). *Marcos legais e políticas migratórias no Brasil*. (pp. 41-54) . In E. J. P. Do Prado, & R. Coelho (Orgs.). *Migrações e Trabalho*. Brasília: Ministério Público do Trabalho.
- Viegas, L. H. (2014). *A Educação Social em contexto escolar: contributos para a definição de áreas de intervenção e para o perfil do Educador Social nas escolas*. *Praxis Educare - Revista da Associação dos Profissionais Técnicos Superiores de Educação Social*. 2.7 - 11.